

Visão Gerencial do Programa Temático 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Inserido no contexto de expansão do mercado interno, particularmente do mercado de consumo de massa, o Programa foi concebido no intuito de dar continuidade e promover o crescimento sustentado, com inclusão social e redução das disparidades sociais e regionais, bem como garantir a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, a partir de fundamentos macroeconômicos sólidos. Porém, devido a diversos fatores externos e internos, o quadro macroeconômico entre 2012 e 2015 mostrou-se bastante desafiador. Tais fatos trouxeram impactos significativos para o alcance dos desafios inicialmente estabelecidos.

Objetivo 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Diante de um cenário desafiador, entre 2012 e 2014, a política macroeconômica absorveu esses impactos parcialmente com a expansão dos programas de investimento público (2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, Programa de Investimentos e Logística - PIL, Minha Casa, Minha Vida - MCMV) e do aumento dos subsídios ao setor privado com vistas a criar incentivos ao investimento privado com financiamento público. A política fiscal administrou parte do aumento dos custos de energia e também financiou ações específicas de combate à seca para a população diretamente atingida.

O Governo Federal implementou diversas medidas de incentivo à produção e melhoria da competitividade da economia. As medidas foram fundamentadas na redução de custos produtivos, com destaque para as ações de desoneração tributária. A propósito, destaca-se a desoneração da folha de pagamentos e a definição de condições tributárias diferenciadas para a incidência de tributos federais sobre determinados bens e atividades, a exemplo dos regimes especiais de tributação e da alteração do arcabouço de tributação do PIS/COFINS e do IPI, com o intuito de estimular a atividade produtiva. As diretrizes de política industrial e de mercado de capitais, implementadas no âmbito da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13,043, de 13 de novembro de 2014, ratificam a orientação estratégica do governo quanto a definição de condições para dinamizar a atividade produtiva, o ambiente de negócios e as relações de mercado e, por conseguinte, para aumentar o potencial de crescimento de longo prazo da economia doméstica.

O Brasil encerrou o ano de 2011 com o seu principal indicador de solvência, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em 34,5% do PIB. Nos anos subsequentes, o crescimento econômico esteve abaixo do considerado ideal, o que afeta o desempenho da arrecadação e o avanço dos resultados fiscais, principalmente numa situação estrutural de rigidez para baixo da despesa pública. Apesar disso, com cortes de despesas discricionárias, alguma reformulação de despesas obrigatórias e esforços de arrecadação, o Brasil conseguiu cumprir as metas fiscais estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2012 a 2015. Estes esforços, aliados à composição da dívida pública, permitiram chegar ao final deste período do Plano Plurianual com a DLSP nos mesmos patamares de 2011: 34,3% do PIB em novembro de 2015, um patamar considerado baixo para o padrão histórico do País.

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2015, foi de R\$ 111,2 bilhões para o Setor Público e de R\$ 116,7 bilhões para o Governo Central. Esses resultados estão em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2015, considerando a possibilidade de abatimento e a de compensação entre as metas do Governo Central, das Estatais Federais e dos Governos Regionais, conforme estabelece o seu art. 2º. Já o resultado do Governo Central pelo método acima-da-linha, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN apresentou, até 31/12/2015, o déficit de R\$ 115,0 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

A taxa de inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2015, alcançou 10,67%, ultrapassando, assim, o limite superior do intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais (p.p.) acima da meta de 4,5% ao ano (a.a.), estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 4.237, de 28 de junho de 2013. Para garantir que pressões detectadas em horizontes mais curtos não se propaguem para horizontes mais longos, mantendo a política monetária especialmente vigilante, o Banco Central iniciou, ainda no segundo trimestre de 2013, ciclo de aperto monetário que alcançou 450 pontos base até o final de 2014. Essa postura de política monetária continuou em 2015, totalizando 700 pontos base (p.b.).

O processo de recuperação da economia global manteve-se heterogêneo no ano de 2015. A atividade econômica seguiu em expansão, embora com menor dinamismo, nos Estados Unidos, Reino Unido e na Área do Euro, contrastando com o processo recessivo observado no Japão. O ritmo de expansão econômica da China mostrou acomodação, mas em patamar significativamente superior à média da economia mundial, e o crescimento da maior parte das demais economias emergentes manteve-se em patamar inferior ao esperado. A despeito dessa heterogeneidade, a atividade econômica global mostrou moderação em 2015.

No Brasil, o PIB retraiu 1,7% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A análise sob a ótica da oferta revela variações respectivas de -2,4%, -1,3% e -1,0% na agropecuária, na indústria e no setor de serviços. O desempenho do setor industrial repercutiu, em especial, as retrações de 3,1% na indústria de transformação e de 0,5% na construção civil. Sob a ótica da demanda, destacou-se a redução de 4,0% na formação bruta de capital fixo (FBCF), resultado compatível com o impacto da crise de confiança observada no país sobre decisões de investimento. O consumo governamental avançou 0,3% e o das famílias recuou 1,5% (terceira retração trimestral consecutiva). As exportações e as importações decresceram 1,8% e 6,9%, respectivamente, no trimestre.

Nesse contexto, as operações de crédito mantiveram tendência de desaceleração ao longo de 2015. Esse comportamento repercutiu elevações das taxas de juros e o cenário de retração da atividade econômica e deterioração tanto dos indicadores de confiança quanto de emprego e renda. A perda de dinamismo no mercado de crédito foi mitigada parcialmente pelo desempenho das carteiras com recursos direcionados, em particular nas modalidades financiamentos imobiliários e rurais.

O risco de liquidez de curto prazo permaneceu em nível confortável para o SFN em todo período do quadriênio, apesar do cenário de maior estresse de mercado, com volatilidade nas taxas de juros e câmbio, que pressionou a necessidade de liquidez dos bancos. Nos primeiros anos do período, ocorre pressão por aumento da rentabilidade com operações de crédito em detrimento da manutenção de ativos de alta liquidez, com leve aumento do risco de liquidez. Em 2015, em face à retração da atividade econômica, retorna-se a preferência por ativos mais líquidos com consequente redução desse risco. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continuou baixo e as operações de longo prazo foram suportadas em todo período por fontes de recursos estáveis.

Quanto ao risco de crédito, o expressivo crescimento do crédito em 2012 e 2013 iniciou um processo de reversão em 2014. Tal movimento intensificou-se em 2015, ano em que o desaquecimento econômico, o aumento das taxas de juros, as condições menos favoráveis no nível de emprego e a redução da confiança dos consumidores e dos empresários influenciaram a redução da demanda por crédito e a adoção de critérios de concessão mais conservadores pelas instituições financeiras. Mesmo nesse ambiente, a inadimplência não apresentou aumento significativo, contida parcialmente por cessões e renegociações. Por sua vez, o montante de provisões continua superior à inadimplência, o que evidencia a resiliência do sistema de crédito ante o cenário acima descrito.

A rentabilidade do sistema bancário apresentou alta consistente desde 2012, influenciada por maiores margens de intermediação, com destaque para ajustes nas taxas de concessão e para resultados com tesouraria. As despesas com provisões caíram seguindo a migração das carteiras de crédito para operações de menor risco e rentabilidade, porém a tendência de queda nas provisões se inverteu em 2015 impactando as margens líquidas. Os bancos direcionaram esforços para ganhos de eficiência e buscaram fontes diversas de receita, com incremento de rendas advindas do segmento de seguros, meios de pagamento e ampliação de outros resultados de participação societária, mantendo a rentabilidade em 2015 mesmo em ambiente adverso.

A solvência do sistema bancário se mostrou em patamar elevado durante o período e continua em situação confortável. Em outubro de 2013 foi introduzido o arcabouço regulatório de Basileia III no Brasil. Desde então, os processos de retenção de resultados e emissão de novos instrumentos pelas instituições financeiras têm sido suficientes para fazer frente ao cronograma de implementação e à expansão da base de ativos ponderados pelo risco, mantendo os índices regulamentares estáveis e em patamares elevados. Com os níveis atuais de capitalização, a maior parte das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos em Basileia III para 2019.

Em relação à participação do Brasil na economia global. O MF, através da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, tem se esforçado ativamente para aumentar a participação relativa do Brasil nas instituições de *Bretton Woods* (FMI e Grupo Banco Mundial), bem como para desenvolver e negociar regras e modelos alternativos de governança econômica internacional, nos bancos multilaterais de desenvolvimento e nas demais instituições financeiras internacionais. A Reforma do FMI de 2010 foi finalmente aprovada no final de 2015, devendo ser implementada em 2016. No Grupo Banco Mundial, a SAIN se empenhou ativamente na integralização de mais capital, embora os resultados dessas medidas ainda estejam em processo de definição. Além disso, a SAIN teve atuação relevante nos bancos internacionais nascentes, auxiliando na constituição de um novo paradigma de governança econômica. Protagonizou, em conjunto com outros órgãos do governo federal, e com os demais países do bloco BRICS, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

Analogamente, a SAIN tem participado das negociações do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), cujas atividades foram iniciadas no final do ano de 2015. Caso ratifique o tratado internacional que criou o AIIB, o Brasil poderá ingressar nesse segundo banco na condição de membro fundador.

Objetivo 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

No âmbito do G20 e do Conselho de Estabilidade Financeiro, houve evolução em várias matérias de regulação financeira, restando finalizar para o período seguinte detalhes da reforma do quadro de capital de Basileia III, medidas para eliminar a possibilidade de haver bancos grandes demais para falir e iniciativas para tornar os mercados de derivativos mais seguros. No que tange à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram assinados, em 2015, o Acordo Marco para Cooperação entre o Brasil e a Organização e o Programa de Trabalho Brasil-OCDE para 2015 e 2016, dando um caráter institucional ao relacionamento com o Brasil. Essas atribuições se somaram ao planejamento e à realização de encontros entre o Ministério da Fazenda e a entidade correspondente em vários governos estrangeiros, consolidando os encontros como canal privilegiado para troca de informações. Foram também executados estudos e assessoramento técnico em assuntos atinentes à conjuntura econômica internacional e em política econômica externa, com foco nos países que compõem o G20.

No que tange ao aperfeiçoamento de medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular, os resultados de 2015 concernentes às metas estipuladas mostram-se favoráveis. Tanto no campo do acompanhamento de eventos promocionais quanto no da realização de manifestações sobre atividades econômicas os resultados alcançados superaram as estimativas feitas inicialmente. No que tange à homologação e ao acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, o resultado de 2015 (625 eventos acompanhados) superou em 4% a previsão para o ano (600 eventos). Ao mesmo tempo, o resultado acumulado ao longo do quadriênio 2012-2015, que foi de 3.719, contra uma previsão de 2.400 eventos, representa uma superação de 55% da meta estipulada.

Foram apuradas, em 2015, 432 manifestações sobre regulação de atividades econômicas, contra uma estimativa inicial de 75. O resultado acumulado no quadriênio foi de 1.541 manifestações realizadas, enquanto a meta estipulada era de 300 manifestações para o período. A grande variação entre os valores efetivamente apurados e aqueles previstos quando da formulação da meta são explicados por alteração na competência do MF, enquanto autoridade concorrencial. Neste ínterim, ao passo que deixou de atuar na análise de atos de concentração, o MF fortaleceu o seu papel na promoção da concorrência, vindo a intensificar sensivelmente as suas manifestações sobre regras regulatórias. Tal fato contribuiu para a projeção de um cenário, ainda em 2011, que se difere do atual momento da instituição em termos de competência legal para atuar em questões concorrenciais.

Objetivo 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Para auxiliar as pessoas de baixa renda na compreensão do funcionamento do sistema financeiro, do bom uso dos recursos disponíveis em conta, do crédito e dos serviços financeiros decorrentes dessa relação, foi feita a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13. Outra ação realizada foi a confecção dos vídeos “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”, o que reforçou de maneira significativa os esforços da CAIXA na capacitação desse público-alvo no tema em questão.

No que se refere à disponibilização de um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados a essa camada da população brasileira, a participação da CAIXA correspondeu às expectativas traçadas no PPA para atuação do banco nesse tipo de negócio. O cumprimento da meta financeira prevista para essa iniciativa ao final do ciclo 2012-2015 evidencia a contribuição positiva da CAIXA para viabilizar ao cidadão de baixa renda o acesso a produtos que complementam seu consumo, dão segurança e estabilidade a sua família.

No que diz respeito à iniciativa de viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda, inicialmente a CAIXA operou com a conta CAIXA-Fácil, uma modalidade simplificada de conta corrente com o propósito de permitir a inclusão financeira das pessoas de baixa renda. Todavia, após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência desse nicho de cliente para essa nova modalidade, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. Este fator foi extremamente relevante, desde o seu lançamento, para superação da meta vinculada a essa iniciativa.

Objetivo 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Quanto às atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, a CVM executor ações preventivas de supervisão que refletiram a experiência obtida nos anos anteriores, notadamente em decorrência do amadurecimento do processo interno de compreensão e avaliação de riscos emergentes, seja no âmbito da supervisão baseada em risco ou dos demais comitês internos de gestão de riscos, como o Comitê de Identificação de Riscos (CIR) e o Comitê de Governança de Riscos Institucionais (CGRI).

A meta estabelecida no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, quanto a ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários, foi alcançada em sua integralidade, mediante a divulgação de dois Planos Bienais e de oito Relatórios Semestrais, disponíveis em www.cvm.gov.br. A respeito das atividades de regulamentação, merece destaque a edição de mais de 50 normativos destinados à modernização do arcabouço regulatório desse mercado, incluindo aqueles relacionados a assuntos contábeis, que dispuseram, dentre outros assuntos, sobre a aprovação de pronunciamentos e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No quadriênio 2012-2015, merece registro o crescimento das ofertas de títulos do agronegócio. Em 2015, o volume de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) registrados na CVM alcançou R\$ 2,7 bilhões, quase duas vezes o total de 2014 (R\$ 1,4

bilhão). Tal evolução demonstra a importância do mercado de capitais para o financiamento desse relevante setor da economia brasileira.

A CVM aprofundou significativamente sua atuação relacionada à promoção da educação financeira, em consonância com as metas estabelecidas no PPA, como instrumento para proteção dos consumidores financeiros, fomentando o desenvolvimento de uma necessária cultura de poupança e investimento na população.

Objetivo 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Os segmentos dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta vêm apresentando um bom desempenho. Estão em atividade 113 sociedades seguradoras, 125 resseguradores, 18 sociedades de capitalização, 23 entidades abertas de previdência complementar, 26 corretores de resseguros e mais de 96 mil corretores de seguros.

Quanto à regulamentação, em relação às medidas voltadas para o mercado interno, encontram-se em processo de reformulação os normativos que regem as operações de títulos de capitalização e, em fase de conclusão, os normativos referentes aos seguros de riscos de engenharia, de responsabilidade civil hangar e o popular de automóvel, estando este último já em consulta pública. Merece destaque também a aprovação dos produtos de seguro para atender ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e para o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Foram publicadas normas sobre Elementos da Apólice, Seguro DPVAT, Tábuas Biométricas, Resseguro, Cobertura de Risco em Seguro de Pessoas. Em destaque, 2 normas sobre solvência sofreram significativo aperfeiçoamento, facilitando a consulta e o próprio processo de regulação do mercado. A Susep também criou uma nova regra obrigando as companhias a implantar uma política de gestão de riscos, estimulando a adoção de boas práticas de governança dentro das empresas. Todos esses normativos contribuíram para fomentar os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta.

Objetivando atender à iniciativa de desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, foram aperfeiçoados normativos que regulamentam as atividades de microsseguros, imprescindível para a sustentabilidade do processo de inclusão social e financeira no País. Desde 2013, ano em que se iniciou a operação dos planos de microsseguros, até 2015, observou-se considerável crescimento nesse segmento. O principal ramo de microsseguros comercializado foi o ramo de microsseguro de pessoas.

Em relação à prevenção de riscos e à manutenção da solvência das entidades, foram adotadas diversas medidas. Entre elas a conclusão e consolidação das normas de solvência e uma norma que tornou obrigatória às supervisionadas a apresentação de percentual mínimo de liquidez de ativos em relação aos capitais de risco, o que certamente traz mais solidez ao mercado supervisionado. Houve, em 2015, aumento das ações de fiscalização presenciais com foco na prevenção de riscos e na manutenção da solvência das entidades. Essas fiscalizações

são realizadas através dos módulos contábeis, consumidor, controles internos, governança e tecnologia da informação. As fiscalizações contábeis em conjunto com demais procedimentos de supervisão da Susep, objetivam fornecer maior segurança quanto a fidedignidade das demonstrações contábeis publicadas. Foram realizadas em 2015, 65 ações de fiscalização direta presencial no módulo de solvência (módulo contábil), 53 no módulo consumidor e ouvidoria, 26 ações em Controles internos, uma ação em governança corporativa e 5 ações em Tecnologia da Informação, num total de 202 ações de fiscalização do mercado.

0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

No que diz respeito ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), no quadriênio 2012-2015, foram aprovados US\$ 29,9 bilhões em garantias no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE). Foi promovida a contratação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) para a execução de todos os serviços relacionados ao SCE, substituindo a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) nesse papel. Foi feita alteração nas alçadas de aprovação para conferir mais agilidade a operações com Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), tendo as primeiras operações envolvendo essa categoria de exportador ocorrido em 2015. Também foram concluídas as primeiras operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE com sindicalização bancária, aumentando assim o número de bancos privados financiando operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE de um, em 31/12/2012, para quatro, em 31/12/2015.

No período houve a promulgação da Lei nº 12.995/14, que passou a autorizar a contratação de advogados já engajados nas operações para realizar a recuperação de créditos, algo que confere maior agilidade e efetividade à recuperação, bem como alterações legais com o objetivo ampliar do rol de beneficiários do SCE, de forma a favorecer as exportações brasileiras, alinhar às práticas das Agências de Crédito à Exportação estrangeiras, ampliar a cobertura da União para as operações com produtos agrícolas destinadas ao preenchimento das cotas tarifárias para mercados preferenciais, dispensar a União de recuperar créditos, pela via judicial, quando isso se mostrar jurídica e economicamente inviável - evitando despender ainda mais recursos, entre outras.

A recuperação de créditos em face de pessoas jurídicas de direito privado no exterior teve importantes avanços. Foi estabelecida parceria com a AGU para realizar a contratação de escritórios de advocacia no México, que serão responsáveis por cobrar localmente devedores do FGE. Além disso, em 2015 foram concluídas com sucesso os primeiros acordos de reestruturação e renegociação de dívida com empresas privadas na Argentina.

Para o próximo ciclo, é primordial a retomada do crescimento econômico de forma gradual e sustentável. Neste intuito, o programa 2039 foi reestruturado para o ciclo 2016-2019 com ações voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria do ambiente de negócios, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.

Alocação dos Recursos ao longo do período - 2039

A proposta orçamentária da STN/COAFI (UG 170.512) para o exercício de 2015 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 45,75 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado.

A frustração nos recebimentos ocorreu, em sua grande parte, nos programas Lei no 8.727/93, Lei no 9.496/97 e MP no 2.185/2001. No caso da MP no 2.185/01, a frustração se deve, principalmente, a decisões judiciais obtidas por alguns mutuários, como o Município do Rio de Janeiro e o Município de São Paulo, dentre outros, com o objetivo de antecipar os efeitos da edição da Lei Complementar nº 148/14, lhes permitindo assim aplicar condições mais favoráveis à parcela mensal paga do programa.

No que se refere aos ativos da Lei no 8.727/93, vale destacar que os recebimentos a menor ocorreram em decorrência de amortizações extraordinárias previstas para 2015, mas que não foram concretizadas no decorrer do exercício em questão. Para os recebimentos da Lei nº 9.496/97, vale destacar que houve frustração significativa nos valores programados para pagamento em 30/12, de contratos com parcelas mensais expressivas, como dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para os quais havia parcelas mensais pendentes em 31/12/2015.

Quadro – Metas dos Exercícios 2012-2015 para a Ação 2076 / 20Z6

R\$ mil

Exercício	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (saldo)		Meta Financeira (recebimentos)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2012	Haver gerido	R\$ mil	500.000.000	507.573.890	44.352.640	44.931.810
2013	Haver gerido	R\$ mil	520.000.000	523.748.975	46.021.078	44.156.601
2014	Haver gerido	R\$ mil	530.000.000	536.668.724	44.687.022	42.435.080
2015	Haver gerido	R\$ mil	560.000.000	586.610.406	45.753.014	41.495.716

Fonte: STN/COAFI.

Somente no exercício de 2012, a meta financeira realizada ficou acima da meta prevista. A arrecadação a maior naquele exercício, equivalente a 1,31% do valor orçado, decorreu do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios (que se valem do limite de comprometimento) à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de inflação, de juros e de câmbio projetadas e efetivas.

A partir de 2013 verificou-se frustração nos recebimentos em relação aos valores previstos. Em 2013 o recebimento abaixo do previsto foi causado, basicamente, pela expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias no programa da Lei nº 8.727/93 aumentaria de forma significativa, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014, como já havia ocorrido em situações análogas de outros programas encerrados. Entretanto, o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou. Ademais, verificou-se naquele exercício arrecadação a menor no programa da MP nº 2.185/01 (-11,33%), ocasionado principalmente pelo crédito gerado a

favor do Município de São Paulo (maior devedor e responsável por mais de 80% do saldo devedor do programa) em virtude de recálculos de limite de comprometimento efetuado com base no comando da Medida Provisória nº 618, de 05/06/2013, utilizado para amortizar parcelas da dívida do Município nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, num total de R\$ 762,9 milhões.

Em 2014 a frustração de receitas ocorreu nos programas Lei nº 8.727/93 e royalties do Estado do Mato Grosso do Sul. No caso da Lei nº 8.727/93 o volume de recebimentos para o programa, quando comparado com a previsão, ficou abaixo do esperado, tanto na rubrica “Demais Credores” (-49,68%), como na rubrica “Receitas da União” (-12,57%). Durante esse exercício verificou-se o encerramento da parcela de dívida vencida do programa, acarretando redução do volume de recebimentos, restando apenas a parcela de dívidas vincendas e o pagamento de resíduo de limite de comprometimento acumulado, devido pelo Estado de Goiás. Entretanto, durante a elaboração da proposta orçamentária de 2014, em maio/2013, o pagamento de resíduo não foi considerado e o percentual de despesas relativas aos recebimentos das dívidas vincendas foi subestimado.

Visando corrigir as distorções mencionadas, o Tesouro Nacional encaminhou pedido de suplementação orçamentária à MF/SPOA, no volume de R\$ 1,53 bilhão, conforme Nota Técnica nº 11/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 02.04.2014. O pedido em questão considerava ainda margem de segurança para eventuais quitações antecipadas por parte dos devedores restantes do programa. De forma a não haver incoerência entre as receitas e despesas previstas, o pedido de suplementação foi acompanhado de reestimativa em mesma medida das receitas previstas para o programa. A solicitação foi atendida e o repasse aos demais credores não sofreu interrupção ao longo do exercício. Contudo, o valor de suplementação recebido mostrou-se bem acima do realizado, tendo em vista que não ocorreram amortizações extraordinárias, o que explica a frustração nos recebimentos do programa.

Por sua vez, a frustração nos recebimentos dos royalties do Mato Grosso do Sul em 2014 pode ser explicada, principalmente, pela redução da quantidade de energia elétrica gerada pelas usinas vinculadas ao contrato.

Finalmente, para o exercício de 2015, conforme descrito anteriormente, os recebimentos de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado, se deve aos menores recebimentos verificados nos programas Lei nº 8.727/93, Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e royalties do Estado do Mato Grosso do Sul.

O quadro abaixo mostra a realização orçamentária do programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional para as ações de responsabilidade do Banco Central, no período de 2012 a 2015. Nota-se que os valores realizados tiveram forte influência dos sucessivos contingenciamentos, dentre os quais ressaltam-se as medidas contidas nas Portarias MP/268, de 30 julho de 2013 e MP/172, de 27 de maio de 2015, que restringiram as despesas com viagens e contratação de bens e serviços, resultando nos baixos percentuais de execução de 60%, em 2013, e de 70%, em 2015. Ressalta-se que as despesas relativas à ação 20ZA – Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária, lastreada com recursos provenientes de doações da Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC não estão sujeitas a contingenciamento.

2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Ação	Previsto	Executado	Prev/Exec	Previsto	Executado	Prev/Exec	Previsto	Executado	Prev/Exec	Previsto	Executado	Prev/Exec
	2012			2013			2014			2015		
2089 - Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN	96.275.286,00	83.007.379,68	86%	100.010.586,00	71.278.993,28	71%	86.880.580,00	64.766.237,70	75%	70.981.035,00	47.076.409,17	66%
2019 - Supervisão e Organização do Sistema Financeiro Nacional	5.558.889,00	5.112.189,80	92%	8.591.777,00	4.387.953,99	51%	7.693.000,00	4.771.084,67	62%	5.324.064,00	3.259.822,92	61%
2098 - Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	10.514.020,00	8.460.184,56	80%	16.069.673,00	6.802.083,58	42%	16.225.000,00	7.996.126,76	49%	9.285.689,00	6.051.435,75	65%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	959.340,00	955.402,16	100%	1.020.560,00	994.997,44	97%	2.778.801,00	1.181.866,35	43%	1.042.108,00	355.869,04	34%
2024 - Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	-	-	-	40.000.000,00	15.387.102,71	38%	54.600.000,00	50.241.689,37	92%	123.882.640,00	89.964.268,80	73%
Total	113.309.547,00	97.535.156,20	86%	165.694.609,00	98.851.131,00	60%	168.177.381,00	128.957.104,85	77%	210.515.536,00	146.707.805,68	70%

Fonte: Banco Central

A execução orçamentária no Banco Central visa não permitir a formação de restos a pagar no fim de cada exercício, tendo em vista regras contábeis próprias da Autoridade Monetária, que segue a contabilidade internacional. Sendo assim, os recursos orçamentários são liberados para as unidades realizarem suas despesas à medida que recebemos as cotas financeiras. Nossa previsão de gastos se baseia nos recursos aprovados na LOA e posteriormente nos limites definidos no decreto de programação financeira. Na prática, todos os recursos empenhados são executados, sendo que, quando a unidade não consegue executá-los até o último dia do exercício, são zerados. Portanto, não houve influência de restos a pagar nos resultados do mencionado programa nesta autarquia.

A dotação orçamentária da SPE está atrelada à Ação 04.123.2039.2066.0001 - “Formulação e Coordenação de Políticas” que compõe o Programa Temático 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema, do PPA 2012-2015. Os limites orçamentários impostos pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF têm impactado fortemente as disponibilidades da Secretaria.

Para cumprir com suas atribuições institucionais, a SPE, necessariamente, incorre em despesas com viagens a serviço, terceirização de força de trabalho (dada a escassez de funcionários públicos concursados para atividades de secretariado e suporte em tecnologia da informação), aquisição de softwares específicos (econômicos, p.ex.) e contratação de serviços especializados na área econômica. No que tange à rubrica de diárias e passagens, os gestores da SPE adotaram uma postura de precaução na autorização de viagens de servidores para reuniões, fóruns e congressos, impactando negativamente muitas atividades finalísticas da Secretaria.

Quanto à inscrição de Restos a Pagar, no período entre 2012-2015, merece destaque o realizado em 2015 no valor R\$ 189.116,00. Em 2014, foi inscrito o valor de R\$ 36.282,00. Em 2012 e 2013 não foram inscritos Restos a Pagar.

A Seae integra, junto ao programa temático “2039” – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, inserida no PPA 2012 – 2015, com três ações orçamentárias: Manifestação Sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais; Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais; e Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico. Essas ações visam assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito;

de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da união.

Para atingir seus objetivos, foram previstos dotações orçamentárias na (LOA), no percentual, R\$ 10.700 (dez milhões e setecentos mil), para o período compreendido entre 2012 – 2015. Desse montante, devido as publicações de diversos decretos que limita os gastos e, que dispõe sobre as programações orçamentárias e financeiras no poder executivo, essas ações sofreram contingenciamentos na casa dos R\$ 5.200 (cinco milhões e duzentos mil), perfazendo-se um corte entre o previsto e o realizado em 49%.

Com relação aos recursos no valor de R\$ 5.500 (cinco milhões e quinhentos mil), alocados ao longo do tempo de vigência do PPA, foram utilizados no incremento qualitativo ou quantitativo nos níveis dos serviços ou ações, detalhadas a seguir:

I - manutenção do número de deslocamentos necessários para garantir a articulação da equipe, a proximidade, e portanto o monitoramento, de tarifas e preços nos Estados e a integração crescente com os parceiros econômicos do País, em especial os do Mercosul e, fiscalizações as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores, manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Seae;

II - investimento em formação e capacitação através da contratação de serviços de terceiros que - via consultorias, cursos e suporte de informática, viabilizem a incorporação, ao acúmulo pré-existente no corpo da Secretaria, do atual instrumento analítico e técnico ageito as questões da concorrência, contratação de mão de obra terceirizada; e

III - ajuste da estrutura física da SEAE, dimensionando-a para atender o escopo das atividades atribuídas à ação da Secretaria, com reflexos positivos na qualidade, rapidez e consistência dos trabalhos desenvolvidos.

Sobre os recursos de restos a pagar, foram inscritos durante o ciclo, PPA 2012 – 2015, o total de R\$ 1.900 (hum milhão e novecentos mil), sendo que 90% teve o maior peso na ação de “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico”, referem-se recursos de custeios e investimento, para a execução na manutenção e produção de sistemas tecnológicos informatizados da Secretaria.

Diante descompasso no cenário orçamentário e financeiro e, mediante a comparação entre o previsto e o alocado, esta Secretaria teve um excelente desempenho no seu objetivo proposto as suas ações relacionadas ao “Programa Temático do PPA 2012 – 2015”.

A execução dos recursos alocados nas ações sob a responsabilidade da CVM observou o disposto no quadro abaixo:

ANO	AÇÕES DE GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESP. EMPENHADAS	DESP. LIQUIDADAS	DESP. PAGAS	CRÉDITO DISPONÍVEL	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
2015	20WU DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	20.557.583	21.352.548	9.469.901	5.776.577	5.414.506	11.882.647	362.071	3.693.325

210J	SUPERVISAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	4.000.000	4.000.000	2.468.690	2.393.355	2.356.095	1.531.310	37.260	75.335
------	--	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	--------	--------

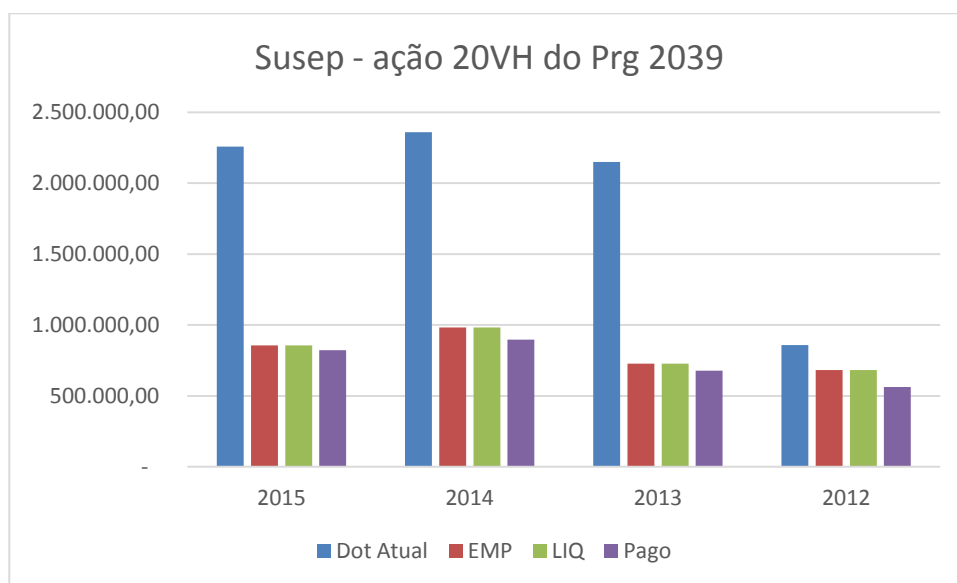
Fonte: CVM/ Tesouro Gerencial / SIAFI Gerencial

O pagamento das despesas inscritas em restos a pagar concorreu com o pagamento das despesas dos exercícios correntes, visto que os limites financeiros autorizados pelos decretos de programação financeira anuais estabeleceram um limite único para as despesas do exercício e àquelas inscritas em restos a pagar.

Na programação da Susep no ciclo 2012-2015, a ação 20VH Fiscalização e Regulamentação de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta está vinculado ao Programa temático 2039.

Não houve descompasso relevante entre os valores previstos e os efetivamente alocados. Em 2013, houve incremento significativo de recursos alocados, passando de R\$ 858.600,00, em 2012, para R\$ 2.150.399,00, já em 2015, comparado a 2014, houve um decréscimo de pouco mais de 4%.

Quanto à execução, esta foi bastante afetada pelos contingenciamentos sucessivos ao longo do período, porém preservou-se as atividades de fiscalização e regulamentação, como demonstrado abaixo. O corte ocorreu nos projetos vinculados a educação financeira. Assim, a Autarquia realizou essas ações por meio de parcerias (ver descrição abaixo da iniciativa 0300 vinculada ao Objetivo 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade, que integra o Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, que consta do Relatório de Gestão 2015 da Susep).



Fonte: SUSEP/Siop.

Cabe destacar que, nos últimos exercícios, tem-se buscado fortalecer a atuação do Brasil, por meio da Susep, no cenário internacional nas seguintes instituições: International Association of Insurance Supervisors (IAIS), Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina (ASSAL), Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL) e OECD/INFE

(International Network on Financial Education). Para tanto, foram realizadas despesas nas rubricas de diárias e passagens internacionais.

Os Restos a Pagar não comprometeram a execução da ação ao longo dos anos, tendo em vista que as despesas incorridas são basicamente para pagamento de diárias e passagens, nacionais e internacionais cuja liquidação e pagamento são imediatos.